

# Presidencialismo é mantido por 344 votos contra 212

Brasília - Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — O sistema de governo continuará sendo presidencialista. Com um comparecimento inédito — estavam presentes os 559 constituintes — a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) foi aprovada por 344 votos contra 212, e apenas três abstenções. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães foi um dos que se abstiveram de votar.

A decisão sobre o sistema de governo só ocorreu depois de quatro horas de sessão. Por duas vezes os parlamentaristas, através do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e do deputado Robson Marinho (PMDB-SP), tentaram obstruir a votação. Primeiro alegaram que o plenário desconhecia a emenda Lucena e depois protestaram contra um item da proposta presidencialista. Nas duas vezes, Ulysses impediu a obstrução.

**Vitória certa** — Desde a abertura dos trabalhos, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e do PFL, deputado José Lourenço, davam a vitória do presidencialismo como certa e por larga margem de votos. "Vamos surpreender", disse Lourenço quando entrou no plenário. Sant'Anna acrescentou: "A margem de votos a nosso favor será grande".

Depois dos discursos de encaminhamento da votação, que se sucederam sob gritos "vamos votar, vamos votar", vindos do plenário, o deputado Ulysses Guimarães anunciou a hora decisiva. Os líderes passaram a orientar suas bancadas, aplaudidos e vaiados pelos grupos rivais.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, disse: "A questão é aberta na bancada, mas o meu voto é pelo parlamentarismo." Recebeu aplausos da deputada Dirce Tutu Quadros. Os líderes do PCB, deputado Roberto Freire; do PC do B, deputado Haroldo Lima; e do PSB, deputado Ademir de Andrade anunciaram que votariam contra a emenda Lucena. Foram vaiados pelos presidencialistas, que ocupavam o lado direito do plenário.

Os líderes do PDT, deputado Brandão Monteiro, e do PT, deputado José Genoíno, disseram que seus partidos vo-

tariam a favor, mas encaminharam à mesa declaração de voto pelo mandato de quatro anos. O líder do PFL, José Lourenço, disse a sua bancada: "Quero deixar claro que a questão é aberta. Não há imposição. A bancada está livre. O líder votará sim e sugere o mesmo".

Já o líder do PMDB, senador Mário Covas, lembrou que a convenção do partido havia deixado a questão do sistema de governo a cargo de cada constituinte e por isso a liderança não orientaria a bancada. Apenas registrou sua posição a favor do parlamentarismo — onde não há vice-presidente — com uma referência à ascensão de José Sarney à Presidência da República após a morte de Tancredo Neves: "Para que nunca mais na morte de um presidente, sejamos obrigados a ter um vice para desfazer o que queremos".

**Comemoração** — Depois que os 437 constituintes que estavam sentados votaram, os demais constituintes passaram então a votar nos postos avulsos. Quando o painel registrou 550, começaram os aplausos. A comemoração aumentava à medida que a cada voto computado prenunciava o comparecimento da totalidade da Constituinte. Quando a contagem atingiu 559, Ulysses exibiu o resultado.

Os 344 votos dados ao presidencialismo foram entusiasticamente comemorados. Os deputados Jorge Leite (PMDB-RJ) e Arolde de Oliveira (PFL-RJ) subiram nas poltronas para festejar a vitória. Imediatamente, o deputado José Genoíno puxou o coro "quatro, quatro", alertando que seria necessário aprovar o mandato de quatro anos. Os governistas responderam: "Cinco, cinco".

O senador Mário Covas foi cumprimentar os líderes José Lourenço e Carlos Sant'Anna, enquanto o deputado Gil César (PMDB-MG) corria ao microfone para dizer que se enganara, votando a favor da emenda Lucena. O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, que é parlamentarista e deu parecer contrário, analisou: "A decisão não foi pelo presidencialismo, foi uma decisão pró-Sarney. Além disso, fortalece os cinco anos".



Diante de Covas (D, sentado), parlamentarista derrotado, presidencialistas de vários partidos comemoram

## Pela manhã, o sabor da vitória

A maior vitória do presidente José Sarney na Constituinte começou a ser desenhada no início da manhã, quando chegaram aos líderes do governo os resultados do trabalho feito nas bancadas dos estados para conversão de parlamentaristas. Coube ao deputado Paulo Pimentel correr, logo cedo, ao gabinete do deputado José Lourenço, líder do PFL, para informar qual era a situação na bancada do partido no Paraná.

"Dos seis deputados, cinco votarão pelo presidencialismo", disse Pimentel. Ele deu os nomes dos responsáveis pelo êxito do governo na bancada: "O Borges (Borges da Silveira, ministro da Saúde) trabalhou e o Joaquim dos Santos Filho (diretor de Operações da Caixa Econômica Federal) também nos ajudou muito".

**Lista** — Lourenço abraçou Pimentel, no corredor da Câmara. Entre abraços e sorrisos os governistas passaram a comemorar a atuação dos governadores, ministros, diretores de estatais e das lideranças de Sarney pela derrota do parlamentarismo. No bolso de Lourenço havia uma lista com 30 nomes de constituintes do PFL que ainda dependiam de conversas para votar como o governo queria.

Feita pelo vice-líder Inocêncio de Oliveira (PE), a lista sugeria também quem deveria falar com cada um dos pefelistas hesitantes. O nome da deputada Raquel Cândido (RO), por exemplo, era acrescido da observação: "Pedir ao ministro Aureliano Chaves para falar com ela." A parlamentar é ligada a empresas de mineração e por isso foi designada para o ministro das Minas e Energia.

De conversa em conversa, o governo obteve sua vitória. Na maioria das conversas, denunciou o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), "houve efetivamente oferta de cargos, favores e posições oficiais". O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, estava estupefato quando chegou meio-dia ao plenário. "Vamos votar os quatro anos, não vai ser possível que o governo consiga comprar todos aqui dentro", reagiu. No gabinete do senador José Richa (PMDB-PR), principal articulador do parlamentarismo, o clima era de desolação. "O governo joga pesado", comentou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

**Represálias** — À mesma hora, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, um dos responsáveis pelo trabalho de aliciamento de constituintes para o presidencialismo, dizia em seu gabinete: "A situação está tranquila para nós. Vamos votar e ver o que acontece do lado inimigo." O próximo passo, segundo ele, será afastar o fantasma das eleições este ano e garantir o mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

No PFL, o deputado José Lourenço anunciava represálias contra liderados que haviam resistido à pressão do Planalto. "Vamos deixar o Jalles Fontoura (deputado do PFL de Goiás) a zero: sem água, sem pão e sem perdão", disse. "Esses caras não votam conosco e depois querem favores e coisa e tal? Vão é ficar no vinagre".

## Abraços atrasam notícia da vitória

No momento em que o placar eletrônico mostrou que 344 constituintes haviam aprovado a proposta presidencialista de governo, o assessor parlamentar do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves, que estava no plenário, foi abraçado por deputados ligados a Sarney, como Ricardo Fiúza (PFL-PE) e o líder José Lourenço. Como pretendia telefonar imediatamente para o presidente, para avisá-lo da vitória, deixou o plenário esquivando-se de um e outro abraço. Já no Salão Verde, não escapou de Albérico Cordeiro (PFL-AL). Este o agarrou e arrastou por cerca de 20 metros. Após livrar-se de mais um abraço, Hargreaves pôde, enfim, se dirigir à liderança do PFL e fazer a ligação para Sarney.



Pela primeira vez, os 559 constituintes presentes

## PT e PDT lutaram por destaque

Os discursos para encaminhamento da votação nem haviam começado e os presidencialistas já brigavam entre si. Apesar da aliança com o governo a favor da emenda Humberto Lucena, PT e PDT tiveram de pressionar muito, para arrancar dos líderes Carlos Sant'Anna e José Lourenço o compromisso de votar separadamente as opções para o mandato dos presidentes da República — quatro ou cinco anos.

O deputado José Genoíno, em nome do PT, ameaçou retirar o apoio à emenda Lucena, se Lourenço e Sant'Anna não assumissem compromisso público de, após a vitória do presidencialismo, aprovar requerimento para votar separadamente a duração do mandato presidencial. PT e PDT queriam quatro anos.

"Queremos um compromisso de plenário de todas as lideranças presidencialistas para aprovar o requerimento, sem entrar no mérito dos cinco ou quatro anos", pediu Genoíno. "Não queremos falar sobre o óbvio, queremos saber se o acordo global de todas as lideranças que votaram com o presidencialismo será cumprido", insistiu o autor do requerimento, deputado Brandão Monteiro, líder do PDT.

Sant'Anna confirmou o compromisso de votar o requerimento e acrescentou:

"Vamos mostrar que temos maioria para os cinco anos." Brandão arrancou o microfone de Genoíno para responder: "O líder do governo tem que prestar serviços ao governo, nós não. Queremos o compromisso de que votarão o requerimento".

Parlamentarista, o líder do PCB, deputado Roberto Freire, interveio, arrancando risos dos companheiros: "Acerto entre lideranças é para ser feito em gabinete de líder do governo. O plenário e os constituintes aqui presentes nada têm a ver com isso." Brandão devolveu a estocada, lembrando que, em outras ocasiões, o líder do PMDB, senador Mário Covas, fizera acordos de plenário com o líder do governo.

A confusão a essa altura era generalizada e o corredor de acesso aos microfones de aparte estava intransitável. Gritos de "desliga o microfone" começaram a ser ouvidos, exigindo silêncio para que o primeiro orador, senador Humberto Lucena, já na tribuna, pudesse iniciar seu discurso. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse: "Vamos esperar o líder falar porque ele ainda não se manifestou." O líder era o deputado José Lourenço, que com muita dificuldade chegou ao microfone de apartes para anunciar que estava selado o acordo, com PT e PDT.

Brasília — Wilson Pedrosa



Farabulini Junior enfatiza com gestos a derrota